



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais

**ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OCULAR PROMOVIDOS PELO SISTEMA
ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS USUÁRIOS,
ESPECIALMENTE OS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS.**

STEFANIA SCHIMITH BERGHER¹

KIANY CARDOSO NUNES²

MARIANA SANTOS DE SÁ GALINA³

ALAN PATRICIO DA SILVA⁴

PAULO ANDRÉ STEIN MESSETTI⁵

RESUMO

Introdução: A saúde ocular prestada no SUS tem problemas de acesso e permanência dos mais vulneráveis. Objetivo: Identificar os acessos no serviço de saúde ocular no SUS e os desafios vivenciados pelos usuários. Método: Revisão integrativa. Resultados: 11 artigos demonstram aspectos do serviço de saúde ocular prestado no SUS. Conclusão: Políticas públicas podem criar acessos aos serviços públicos. Palavras-chave: Acessibilidade aos serviços de saúde; Sistema Único de Saúde; Saúde ocular.

ABSTRACT

Introduction: Eye health services provided by the SUS (Unified Health System) face challenges in terms of access and continuity for the most vulnerable populations. Objective: To identify access to eye health services in the SUS and the challenges faced by users. Method: Integrative review. Results: 11 articles highlight aspects of eye health services provided by the SUS. Conclusion: Public policies can improve access to public services.

Keywords: Health services accessibility; Unified health system; Eye health.

¹ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

² Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

³ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

⁴ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

⁵ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

Destina-se o presente estudo reunir e identificar, a partir do oferecimento dos serviços de saúde ocular promovidos no Sistema Único de Saúde (SUS) aos seus usuários, a partir da revisão integrativa da literatura, como e quais são os serviços oferecidos, bem como, identificar as dificuldades encontradas para o acesso e permanência no serviço de saúde ocular pelos mais vulneráveis.

Inicialmente torna-se oportuno esclarecer sobre a empregabilidade dos termos acesso e acessibilidade, uma vez que não há um consenso entre os estudiosos da área a respeito, quando o tema se refere aos serviços de saúde.

A empregabilidade do termo acesso é encontrada nos trabalhos ainda de forma variável. Alguns autores empregam o substantivo acessibilidade - caráter ou qualidade do que é acessível (DONABEDIAN, 1973). Outros autores preferem o substantivo acesso - ato de ingressar, entrada- ou ambos os termos para indicar o grau de facilidade com que as pessoas obtêm cuidados de saúde (ADAY; ANDERSEN, 1974).

O objetivo deste estudo é identificar a disponibilidade do serviço e os meios que permitem o ingresso e manutenção do usuário do Sistema único de Saúde (SUS), e assim, para se beneficiar das políticas públicas promovidas, visando sempre o bem-estar e a dignidade deste usuário, principalmente em se tratando de paciente vulnerável.

2 A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A reflexão sobre as políticas públicas transcende a lógica formal de simples solução de demandas. A devida interpretação do problema social adjacente à política necessária dá-se pela interação de diversas áreas visando a uma totalidade organizada, e sua elaboração deve ser abrangente, e trata também, a posteriori, não somente de sua elaboração (da política de saúde em si), mas de sua implementação, execução e avaliação constante.

A oferta de políticas públicas pelo Estado materializa-se através de projetos, programas sociais, normas e leis, com uma abrangência ampla, e não se limita ao frio do texto normativo. Neste amplo sentido, o Estado deve voltar o seu olhar para as ações que beneficiam uma coletividade, quando se propõe a garantir o acesso do cidadão aos bens e serviços, sendo este um objetivo manifesto. Mas não se esgota com o oferecimento de um serviço, mas sim quando

viabiliza meios de acesso e permanência do cidadão (ABAS, 2019). Assim, torna-se todo este um processo participativo, dinâmico e contínuo, e cria-se um ciclo deliberativo das políticas públicas.

Uma das características históricas do Estado é a função de proteção social dos seus indivíduos e coletividade, além de exercer um papel de intermediador na política e na sociedade. Nada obstante, na medida em que os serviços públicos advindos da política desenhada não contemplem as necessidades e dificuldades das populações mais vulneráveis e historicamente excluídas, corre-se o risco das políticas adotadas apresentarem uma postura parcial e de garantir apenas o interesse particular de uma elite dominante, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros (GILENS; PAGE, 2014).

As políticas públicas interferem diretamente na vida dos cidadãos e estão sujeitas a múltiplos determinantes, muitas vezes contraditórios, em decorrência de interesses diversos envolvidos na determinação dos rumos e formato das políticas públicas (FLEURY; OOVERNEY, 2008).

3 POLÍTICAS SOCIAIS, MODELO DE BEM-ESTAR E A PRÁTICA POLÍTICA

A afirmação do acesso à saúde como um direito social deu-se pela promulgação da constituição cidadã de 1988, que incluiu não só a garantia do direito à saúde, mas também formalizou a concretização de direitos sociais como a educação, moradia, segurança, lazer, trabalho previdência e assistência. Entretanto, cabe também ao Estado não somente proclamar estas garantias, mas sim implementá-las como efetivos direitos acessíveis pela população, para que, principalmente, a população em situação de vulnerabilidade tenha acesso e possa usufruir de suas prerrogativas.

Entretanto, não é simples esta trajetória, dadas as peculiaridades que permeiam as práticas das políticas sociais, uma vez que a sua formulação e interpretação estão intimamente ligadas ao sistema político do país (FLEURY; OOVERNEY, 2008).

Fatores de diversidade cultural, étnica, racial, social e religiosa presentes no Brasil destacam a exclusão social da população de origem pobre, preta e nativa brasileira, o que está patente na desigualdade social, que afasta os indivíduos do acesso aos serviços de saúde e de justiça, faltando coesão e bem-estar social que seja acessível por todos (SOUZA, 2009).

Torna-se aqui, o Estado uma peça fundamental no processo de elaboração e execução de políticas sociais, possibilitando melhorias consideráveis das condições básicas de vida da população mais vulnerável.

4 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma revisão integrativa, com o objetivo de identificar os resultados de publicações científicas nacionais relacionadas à acessibilidade do cidadão aos serviços de saúde ocular promovidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em seguida identificar os desafios de acesso e manutenção do acesso pelos usuários nos serviços ofertados de saúde ocular.

A revisão integrativa consiste na mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, configurando-se como um tipo de revisão que reúne análise de múltiplos estudos publicados, de diferentes metodologias, com o propósito de obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno, baseando-se em estudos anteriores.

Pontua-se, então, que a constituição desse processo apresenta as 6 fases de elaboração da revisão integrativa que são: identificação do tema e seleção da hipótese, estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos, categorização dos estudos, avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa, interpretação dos resultados, apresentação da revisão (CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2008)

5 ETAPAS

A presente revisão foi conduzida por etapas, constituídas mediante a adaptação das recomendações Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and MetaAnalyses (PRISMA). Sendo assim, a revisão foi constituída pelas seguintes etapas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; estabelecimento dos critérios para inclusão e exclusão de estudos; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, de modo a permitir a categorização dos achados; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados; e elaboração da apresentação da revisão/síntese do conhecimento (PAGE et. al, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

5.1 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Considerou-se todas as produções científicas que tivessem, em seu conteúdo, informações sobre a acessibilidade dos usuários aos serviços de saúde ocular promovidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e os desafios enfrentados, que pudessem auxiliar para a satisfação da pergunta norteadora: Quais as maneiras de acessos ao serviço de saúde ocular promovidos pelo Setor Público de Saúde (SUS) e os desafios encontrados pelos usuários?

Foram incluídos artigos publicados a partir de 2001, ano dos primeiros achados de pesquisa, nos idiomas inglês e português, independente do desenho e qualidade metodológica. Os critérios de exclusão adotados foram resumos publicados em revistas ou anais de evento, estudos realizados com temáticas relacionadas à saúde ocular de outros países, os que traziam abordagens de outras áreas da saúde e da oftalmologia, além dos artigos que contavam com duplicidade de publicação nas bases pesquisadas, considerando apenas um registro.

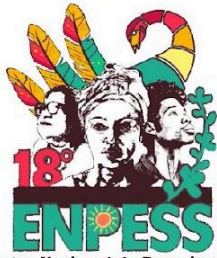
5.2 FONTES DE INFORMAÇÃO E ESTRATÉGIA DE BUSCA

A busca dos estudos foi realizada no mês de maio de 2024 nas bases eletrônicas da Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PubMed), e SCIELO.

A estratégia de busca empregada nas bases citadas, após a elaboração e preenchimento da tabela "PICO", utilizou os seguintes descritores na língua inglesa, reconhecidos pelos sistemas de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): (eye health services OR eye health) AND (public sector OR Unified Health System) AND (Health services accessibility)

5.3 SELEÇÃO DOS ESTUDOS

Inicialmente, os estudos identificados foram avaliados por meio da análise dos títulos, descartando as pesquisas duplicadas nas bases de dados, as pesquisas realizadas em outros



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

países, além daquelas que não tinham implicação com os objetivos desta revisão. Em seguida, procedeu-se com a leitura dos resumos, excluindo aqueles que não preenchiam os critérios de inclusão delimitados nesta pesquisa. Por fim, através da leitura na íntegra, foram selecionadas as pesquisas que dialogavam com os objetivos da aqui empreendido, de modo que culminou na amostra final incluída nesta revisão integrativa.

5.4 EXTRAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS/CONTEÚDOS

Para caracterizar os artigos incluídos na revisão, foram extraídas as seguintes informações: Autor/Ano/DOI, Identificação do Artigo; Objetivo, Objetivo do Estudo e principais achados. Já para aprofundamento do objeto de estudo dessa revisão, foram extraídas informações que tivessem relação direta com a pergunta norteadora.

Tais dados foram sistematizados mediante a utilização do instrumento para coleta de dados desta revisão e apresentados na seção resultado.

6 RESULTADOS PRELIMINARES

Foram encontrados nas bases de pesquisa 142 publicações, sendo originários das seguintes bases de dados: 62 da LILACS, 72 da MEDLINE/PubMed e SCIELO 8. Após exclusão conforme critérios apresentados, perfizeram um total de 21 publicações para serem avaliadas, seguindo os parâmetros definidos. Destes, 11 estudos demonstraram satisfazer os critérios de inclusão, bem como possuírem elementos necessários para responder à questão norteadora proposta. Todo o processo de seleção resultou na inclusão para análise detalhada.

Ao analisar as características dos estudos selecionados para esta revisão, observou-se que, de forma predominante, os artigos foram publicados no ano de 2007 (n=03), seguido de 2016 (n=02) seguidos dos anos 2001, 2005, 2006, 2018, 2021 e 2022 (n=01) cada. A maioria das pesquisas (n=06) trouxe em seu conteúdo discussões sobre a falta ou ineficácia de políticas públicas que permitam o acesso ou permanência da população aos serviços públicos de saúde ocular promovidos pelo SUS no contexto brasileiro.

Estudo incluído indica que o papel dos educadores é primordial na detecção no ensino escolar da presença de problemas de saúde ocular nas crianças (ARMOND; TEMPORINI; ALVES, 2001).

Em uma pesquisa envolvendo uma Unidade Móvel de Saúde Ocular, verificaram os autores a viabilidade econômica do serviço para implantação complementar ao SUS, e com benefícios à população com acesso a serviços terciários em saúde oftalmológica mesmo em localidades periféricas (LIMA; SOUSA, 2005).

Outra pesquisa demonstra que há, em município brasileiro do sudeste do país, dificuldades de entendimento sobre direitos da saúde, cuidados básicos com saúde ocular e acesso a serviços, notadamente para crianças de 0 a 7 anos de idade (SPERANDIO et. al, 2006).

De outro lado, estudo identifica que um serviço de especialidade em oftalmologia Em Brasília, Distrito Federal, está mal localizado e necessita de mudanças para atender de modo adequado à população usuária do sistema de saúde (VIEIRA, 2007).

Alguns autores, ao avaliarem a necessidade de atendimentos de urgência em unidade de pronto atendimento de hospital terciário da Universidade de São Paulo, obtiveram acesso a importantes dados sobre a deficiência visual e múltipla, e identificaram coerente acesso ao atendimento oftalmológico especializado pela população (CARVALHO; JOSE, 2007).

Em uma análise de campanhas para promoção de saúde ocular os seus autores identificaram que para o alcance dos objetivos sociais inerentes a estas campanhas de saúde ocular é necessária a combinação de diversos fatores, tais como: localidade da campanha, disponibilização de transporte, triagem prévia e disponibilidade de equipamentos para as intervenções necessárias (ARAÚJO; ZUCCHETTO; FORTES FILHO, 2007).

Outra pesquisa identificou serviços públicos de saúde oftalmológica com página da instituição na rede digital, prontuário eletrônico, sistema de regulação de atendimento e fila de espera cirúrgica digital, com possibilidade de consulta pública da fila pelo usuário do sistema, e descobriram que apenas dois serviços públicos de oftalmologia no país possuem esse sistema completo, com fila cirúrgica com consulta pública digital (DAMASCENO et. al, 2016).

Também é um achado de pesquisa que a aplicação do teste do olhinho é determinante para a identificação de deficiência visual na infância, fundamental para a intervenção precoce (NASCIMENTO; GALHARDO, 2016).

De outra banda, autores defendem que a regulação e a disponibilização de dados sobre transplantes de córnea e de bancos de tecidos oculares no Brasil devem ser padronizados quanto à sua divulgação nacional, para melhor atender às demandas de transplantes, e para nortear as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

decisões do Estado e da sociedade em prol de uma melhor qualidade de vida da população necessitada dos cuidados relacionados (ALMEIDA; KARA-JUNIOR, 2018).

Estudo sobre o Programa de Saúde na Escola (PSE) descreve a ação de saúde ocular do programa através do monitoramento das ações do programa. Foi detectado o aumento das ações de saúde ocular do programa, e que tem contribuído para a prevenção da deficiência visual e da cegueira dos estudantes brasileiros, de maioria pessoas pobres e vulneráveis socioeconomicamente (FERNANDES; KOPTCKE, 2021).

Também se encontra que, ao analisarem o Programa de Saúde na Escola – nos últimos 15 anos, em 2022, autores detectaram que há diversos textos normativos no período sobre saúde ocular mas que ainda é um desafio para o Sistema Único de Saúde (SUS) a realização de programas e ações coordenados e integrais de saúde ocular, e isto se deve a interrupções de iniciativas, e escassez de iniciativas em saúde ocular. Ainda, a iniciativa de saúde ocular no Programa de Saúde na Escola (PSE) é pioneiro e antecede a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia (FERNANDES et. al, 2022).

7 DISCUSSÃO

A deficiência visual e a cegueira trazem uma repercussão individual imensurável, visto que a visão é um sentido dominante para o ser humano em todas as etapas da vida. Não menos importante o reflexo da saúde ocular sobre a realidade das famílias, dos cuidadores, dos sistemas de saúde e, finalmente, da sociedade como um todo (WHO, 2019)

Globalmente, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que mais de 2 bilhões de indivíduos possuam algum tipo de deficiência visual e pelo menos 1 bilhão desses casos poderiam ter sido evitados. A maioria dos casos de deficiência visual e cegueira acomete as pessoas acima de 50 anos.

7.1 ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A partir do recorte dos 11 artigos analisados, percebe-se que vários fatores influem no ingresso e manutenção no serviço ocular, e se traduzem nos desafios para uma efetiva prestação

do serviço de saúde especializado, o que mais influi na saúde, notadamente das populações mais vulneráveis e dependentes do SUS.

Destaca-se, também, a importância das ações preventivas e das medidas educativas desenvolvidas em comunidades, como o Programa Saúde na Escola (PSE), que também se mostra eficaz na atenção à oftalmologia, o que indica a importância da promoção da saúde ocular na escola pois permite o encaminhamento dos alunos que apresentam sinais de alteração visual aos locais de assistência, o que é especialmente necessário em situações de vulnerabilidade social e econômica.

O Programa Saúde na Escola (PSE) até o momento apresenta-se como a política de saúde na escola mais consolidada pelo SUS, e sua intervenção na rotina da população tem se mostrado fator contributivo e inclusivo para a prevenção de deficiência visual no Brasil, favorecendo populações vulneráveis com prioridade para crianças e adolescentes.

A realização do teste do olhinho e a orientação da mãe sobre sua importância dos cuidados oculares básicos são facilitadores para o ingresso da criança no sistema de cuidado ocular. O cuidado inicial da primeira consulta com o oftalmologista, caracterizando aqui a entrada e intervenção precoce da criança no serviço de saúde ocular, caracteriza-se como facilitador para o início oportuno de acesso aos serviços oftalmológicos.

O atendimento em unidades de atenção primária de saúde, e nas unidades básicas, funcionam como um afunilamento às redes de atenção secundária, para os pacientes que chegam aos serviços emergenciais especializados, como pronto-socorro oftalmológico, tanto pela escassez do serviço, presentes somente em grandes capitais, tanto quanto pela sobrecarga com doenças de menor importância.

Outro fator que contribui para a sobrecarga de atendimentos é a falta de treinamento de generalistas ou médicos residentes com o objetivo de realizar os atendimentos primários tanto eletivos quanto os de urgência.

As unidades móveis para atendimento oftalmológico surgem como uma forma de facilitar o acesso aos serviços de saúde ocular, porém é necessário considerar os desafios relacionados, tais como: a dificuldade de acesso dos pacientes aos serviços básicos, tempo de espera para o agendamento e atendimento de consultas na rede básica de saúde, consultórios com estrutura inadequada e a dificuldade e o deslocamento da população que mora em locais distantes e carentes.

A manutenção de banco de dados pelo SNT (Sistema Nacional de Transplantes) , ABTO (Associação Brasileira de Transplante de Órgãos) e ANVISA(Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil) tem papel fundamental para o monitoramento real dos transplantes de córnea no Brasil, a permitir a acessibilidade a este serviço com menor tempo e maior eficácia, porém a divergência, inconsistência e não padronização destes dados dificultam traçar a correta análise sobre as dificuldades e os progressos relacionados a alguns atendimentos e patologias oculares. Outras medidas, tais como a fila cirúrgica digital, poderiam auxiliar na gestão e democratização das demandas oculares de saúde, trazendo maior celeridade e transparência aos processos

7.2 DESAFIOS

Neste sentido, torna-se necessário direcionar esforços e ações para a formação de equipes multidisciplinares locais que possam intervir e acompanhar os usuários dos serviços de saúde ocular. Entende-se aqui não somente o médico oftalmologista, mas todos os envolvidos nesta cadeia, como a família, professores, funcionários escolares, agentes comunitários de saúde, e a própria comunidade, que podem se transformar em meio consciente, e desenvolvedor de ações coordenadas, para a percepção das necessidades dos participantes, mesmo que estas não estejam em evidência, diminuindo assim a visão reducionista sobre os serviços oftalmológicos.

O campo da saúde ocular, além de constituir-se em uma relevante demanda de saúde pública, também é considerada peça importante da Atenção Primária à Saúde (APS), que demonstra-se ser parte indispensável nas medidas de prevenção na saúde. A sua desestruturação faz com que haja sobrecarga e oneração das unidades terciárias de saúde, comprometendo a qualidade do serviço prestado, afetando primordialmente os usuários mais vulneráveis e que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS).

A carência de informações e de acesso aos serviços por parte da população dificultam a percepção da realidade dos serviços de saúde ocular disponíveis, De outro lado, o envolvimento da escola na atenção à saúde ocular representa um enorme potencial de ação para a elaboração de ações preventivas e de programas de promoção de saúde ocular.

Outra dificuldade apresentada no estudo se trata da territorialidade, evidenciando que hospitais localizados em áreas urbanas distantes não facilitam o acesso aos demandantes, havendo-se alto índice de absenteísmo no atendimento quando o local designado é distante

daquele em que foi realizada a triagem oftalmológica, e diminui-se ainda a adesão dada à ausência de transporte até os locais de atendimento.

Foi constatado que as campanhas realizadas no próprio local da triagem dos pacientes são mais eficazes quanto ao comparecimento dos interessados, porém com menor resolubilidade dos casos correntes, dado à falta de estrutura para estes atendimentos.

8 CONCLUSÃO

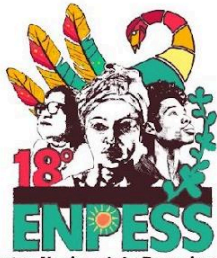
Ao final deste estudo, desenvolve-se então uma reflexão sobre os reais meios de acessibilidade do usuário aos serviços públicos de saúde ocular oferecidos pelo SUS e percebe-se que há modelos que permitem o acesso aos serviços, porém em escala maior encontramos diversos desafios, que diminuem a perspectiva deste acesso, e em alguns casos a manutenção do seu uso.

Destaca-se também a importância de políticas sociais voltadas especificamente à saúde ocular, e a necessidade da estruturação de atendimento básico de saúde que componha o tema, com atenção especial às populações mais vulneráveis e atenção à territorialidade do serviço, às dificuldades informacionais constatadas e à ausência de serviços adequados atualmente suficientes para atendimento da demanda de saúde ocular.

Como limitantes encontram-se as barreiras geográficas, relacionadas aos locais onde estão tanto os serviços de saúde para atendimentos eletivos quanto para aqueles de emergência, a ineficácia das informações para controle e tomada de decisões, a falta de efetivo treinamento de equipes multidisciplinares capacitadas ao atendimento de saúde ocular, a baixa efetividade e resolubilidade de programas já vigentes, tornando as ações coordenadas e integrais de saúde ocular um desafio relevante para o desenvolvimento dos serviços relacionados no âmbito do SUS.

Outro fator destacado é a necessidade de formação de pessoal para a realização de cuidados iniciais e daqueles que prestam monitoramento infantil nas escolas, além da importância das unidades básicas de saúde, neste processo de acesso aos serviços de saúde especializados.

Ainda, a realização de ações preventivas e de promoção da saúde ocular, empregando esforços e recursos para medidas educativas, a formação e a reciclagem de profissionais nestas áreas de conhecimento, trata-se de necessidade premente ao sistema de saúde.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Apenas com o esforço conjunto e objetivado do Estado, da sociedade e da comunidade pode-se promover a igualdade e a justiça social, com integração política e econômica, construindo uma sociedade mais justa e equitativa, permitindo o acesso igualitário a todos, com os mesmos direitos e oportunidades, não havendo distinção de sua cor, gênero origem ou condição econômica, incluindo-se os serviços de saúde ocular à toda a população.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

ABAS, Muhamad Azahar. **Public Policy and Governance: Theory and Practice**. In: FARAZMAND, Ali (Ed.). *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance*. Cham: Springer, 2019. DOI: [10.1007/978-3-319-31816-5_3699-1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_3699-1).

ADAY, Lu Ann; ANDERSEN, Ronald. A framework for the study of access to medical care. **Health Services Research**, v. 9, n. 3, p. 208-220, Fall 1974. PMID: 4436074; PMCID: PMC1071804.

GILENS, Martin; PAGE, Benjamin I. Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens. **Perspectives on Politics**, v. 12, n. 3, p. 564-581, 2014. DOI: 10.1017/S1537592714001595.

ARMOND, J. DE E.; TEMPORINI, E. R.; ALVES, M. R.. Promoção da saúde ocular na escola: percepções de professores sobre erros de refração. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 64, n. 5, p. 395–400, set. 2001.

CARVALHO, Rubens de Siqueira; JOSÉ, Newton Kara. Ophthalmology emergency room at the University of São Paulo General Hospital: a tertiary hospital providing primary and secondary level care. **Clinics (São Paulo)**, v. 62, n. 3, p. 301-308, 2007. DOI: 10.1590/s1807-59322007000300015.

CASTRO, Jorge Abrahão. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 21, n. 4, p. 1011–1042, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642270>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica en los estudios científicos. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020.

DONABEDIAN, A. **Aspects of medical care administration**. Boston: Harvard University Press, 1973.

FLEURY, S.; OUVENERY, A. M. Política de saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. p. 23-64.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, [s.l.], v. 372, n. 71, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>.

LIMA, Luiz Henrique Soares Gonçalves; SOUSA, Luciene Brabosa de. Análise da viabilidade econômica da unidade móvel de um serviço de referência em Oftalmologia [Analysis of economic viability of a mobile eye clinic of a referral Ophthalmology Service]. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 68, n. 5, p. 609-614, 2005. DOI: 10.1590/s0004-27492005000500006.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti et al. A Universidade colaborando na construção de um projeto de promoção da saúde: relato de experiência de um grupo de alunos de Medicina da Unicamp,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Campinas, SP, Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 30, n. 3, p. 200–208, set. 2006.
<https://doi.org/10.1590/S0100-55022006000300011>

VIEIRA, Geraldo Magela. Um mês em um pronto-socorro de oftalmologia em Brasília [One month in an eye emergency clinic in Brasília]. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 70, n. 5, p. 797-802, 2007. DOI: 10.1590/s0004-27492007000500013.

ARAÚJO, Aline Lütz DE; ZUCCHETTO, Nicholas Miranda; FORTES FILHO, João Borges. Campanhas de promoção de saúde ocular: experiência do Hospital Banco de Olhos de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 66, n. 4, p. 231–235, jul. 2007.

DAMASCENO, Nadyr Antonia; VENTURA, Marcelo Palis; HERZOG NETO, Guilherme; DAMASCENO, Eduardo F. The preoperative scheduling system as a secondary tool for hospital management: suggestions for adjustments proposed by a university ophthalmology unit. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 75, n. 3, p. 190-194, Jun. 2016.

NASCIMENTO, Gabriela Cordeiro Corrêa do; GAGLIARDO, Heloisa Gagheggi Ravanini Gardon. Atenção à saúde ocular de crianças com alterações no desenvolvimento em serviços de intervenção precoce: barreiras e facilitadores. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 75, n. 5, p. 370-375, out. 2016.

ALMEIDA, Hirlana Gomes; KARA-JUNIOR, Newton. Critical analysis of the different data sources on corneal transplantation in Brazil. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 77, n. 3, p. 142-145, Jun. 2018.

FERNANDES, Lucas Agostinho; KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Análise da ação de saúde ocular do Programa Saúde na Escola no Brasil de 2014 a 2019: um estudo transversal. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 30, n. 2, e2020339, 2021. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742021000200012&lng=pt&nr m=iso>. acessos em 20 ago. 2024. Epub 14-Abr-2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742021000200008>.

FERNANDES, Lucas Agostinho et al. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. **Saúde em Debate [online]**, v. 46, n. spe3, pp. 13-28, 2022. Available from: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E301> <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E301I>>. ISSN 2358-2898. Acesso em 18 ago 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World Report on Vision**. Geneva: World Health Organization, 2019. 180 p.

STERNICK, I. P.; SOUZA, J. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. **Revista Multiface Online**, [S. l.], v. 4, p. 44–46, 2016. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/multiface/article/view/3699>. Acesso em: 20 ago. 2024.